

NOTA DE REPÚDIO À RESPOSTA DO GOVERNO BRUNO COVAS SOBRE A GREVE DE 18 DE MARÇO NO MOMENTO DE PANDEMIA

O Fórum das Entidades encaminhou no dia 02 de abril, ofício ao Prefeito, à SMG e à SMS, relatando os casos de trabalhadores que aderiram ao dia nacional de greve ocorrido em 18 de março, em defesa dos serviços e dos servidores públicos e contra os processos de terceirização e privatização. Realçou o fórum:

“Diante de tais denúncias, justamente num momento de pandemia em que todos os processos administrativos inclusive estão suspensos; em que não há processo de negociação; em que as entidades estão todas focadas na questão, pensando propostas e ações no sentido de contribuir para o solucionar o problema da pandemia, o que acreditamos ser também a principal preocupação e tarefa do Governo e seus gestores, seria uma atitude absurda, de extrema irresponsabilidade um gestor público buscar retaliar servidores públicos, justamente em um momento em que são mais necessários, atuando na linha de frente para salvar vidas da população.”

Para nosso total espanto, a resposta assinada pela Secretária Municipal de Gestão, Sra. Malde Villas Bôas, após preencher duas páginas com decisões judiciais que favorecem os governos autoritários no sentido de retaliar e intimidar trabalhadores quanto ao direito de greve, se posiciona em apenas um parágrafo:

“Por todo o exposto, analisando em tese a questão trazida no o ofício em epígrafe, à vista da impossibilidade da análise da situação funcional de cada servidor, vê-se que não merece prosperar o inconformismo apresentado pelos mesmos a esse r. Fórum Sindical, na medida em que, tanto a jurisprudência vigente como a regulamentação municipal de regência, apontam o poder-dever das chefias em registrar como hipótese de falta justificada a ausência de servidor ao trabalho fundada na adesão a movimento grevista, ficando a eventual possibilidade de compensação das horas não trabalhadas relegadas à discussão por ocasião de eventual acordo.” Repudiamos a resposta da Secretária e, portanto, do Prefeito Bruno Co-

vas, uma vez que a mesma respondeu a ofício encaminhado também para o mesmo. É absolutamente falsa a premissa de poder-dever das chefias de apontar faltas para desconto, já que é raríssimo este tipo de denúncias de profissionais de várias secretarias, inclusive daqueles que regularmente exercem seu direito de greve, o que significa que as secretarias e chefias agem conforme sua consciência. Ainda, a posição da Secretária, em nome do governo municipal, deixa nua a completa falta de humanidade com que estão tratando os trabalhadores, especialmente em momento tão crítico e de tanto sofrimento. Não foi feita qualquer menção à situação de pandemia ou resposta à nossa disposição de discutir quando possa existir pauta mais importante que o combate ao Coronavírus. Fazer gestão de “pessoas” não poderia nunca se apoiar no método de buscar a lei como suporte para medidas de intimidação e retaliação.

Não é difícil imaginar o “inconformismo” do governo Bruno Covas com a adesão das entidades a um movimento que colocou o Prefeito e seu secretariado em questionamento quanto às políticas de desmonte dos serviços públicos, em favor da destinação de verbas públicas para o setor privado. No entanto, não imaginaríamos o grau de insensibilidade ao tornar pública a prática de gestão, incapaz de fazer leitura da realidade de trabalhadores angustiados e com medo por estarem colocados em total risco por falta de equipamento de proteção individual, ou por já serem do grupo de risco submetidos às mesmas chefias que ocupam seus tempos agora para intimidar trabalhadores, cortando ponto e reduzindo salários. Trabalhadores da saúde com índices de adoecimento por COVID-19 em Hospitais, PSs, PAs, 16 vezes maiores que os índices da população de São Paulo, baseado nos dados informados pela Secretaria Municipal de Saúde. Essa posição tornada pública, só reforça o sentimento dos trabalhadores de estarem abandonados à própria sorte. Sentimento que tomou voz e foi amplamente denunciado pela imprensa nos últimos dias.

Repudiamos a resposta e aguardamos retratação e reconsideração por parte do governo municipal.

